

INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS: COMO PERCEBEM O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS

Daniel Pereira Barbosa,

Universidade Federal do Piauí (UFPI)- danielteresina@hotmail.com¹

José Arnaldo Moreira de Carvalho Júnior,

Faculdade de Saúde Ciências Humanas (Novafapi)- arnaldodecarvalho@hotmail.com²

RESUMO

Este estudo pretende elucidar a concepção dos Intérpretes de Língua de Sinais (ILS) acerca do processo de escolarização do aluno surdo. Traçando o perfil do ILS; analisando o que entendem por inclusão do surdo; descrevendo quem é o aluno surdo incluso na percepção dos ILS; compreendendo como entendem a escola inclusiva para o surdo e elucidando qual o papel do ILS na educação do aluno surdo. Realizado no primeiro semestre de 2010, de natureza qualitativa, especificamente estudo de caso. Os sujeitos foram três ILS da cidade de Teresina-PI. Foi utilizada a entrevista semi-estruturada, obtendo assim as percepções dos ILS sobre o processo de escolarização do aluno surdo, e por meio da análise de suas falas apontaram suas percepções do processo de escolarização do aluno surdo incluso na escola regular. Obtivemos como resultados dados que apresentam a fragilidade da atual política de inclusão no Piauí; um retrato das salas de aulas desprovida de recurso para proporcionar a inclusão. Nosso referencial teórico são autores que estudam a Inclusão; Educação Especial e Surdez, alguns deles são: Sá (2009); Baptista (2008); Strobel (2008); Skliar (2007); Soares (2005); Rosa (2005).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Surdez; Intérprete de Libras.

INTRODUÇÃO

Em 1990, por ocasião da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, teve início um amplo movimento mundial para concretização do

¹ Pedagogo formado pela UFPI; ex-bolsista CNPq, ex-bolsista PET-Pedagogia, Autor da Pesquisa

² Bacharel em Enfermagem pela Faculdade NOVAFAPI; Professor da Faculdade de Educação São Francisco, Pedreiras-MA; Colaborador da Pesquisa.

direito à educação, sendo deflagrada, em 1994, a nova proposta de educação inclusiva pela Declaração de Salamanca, formalizada na cidade de Salamanca na Espanha.

Os anos 90 foram cruciais para o desenvolvimento de diversos estudos aguçando os mais variados pesquisadores, impulsionando a dedicação de esforços ao estudo do tema, que hoje é muito debatido por autores como: Sá (2009); Baptista (2008); Strobel (2008); Skliar (2007); Mantoan (2006); Soares (2005); Eagleton (2005); Rosa (2005); Felipe (2006); Botelho (2002); Lacerda (2000).

Também durante os anos 90 estabeleceram-se unidades de intérpretes de língua de sinais, ligadas aos escritórios regionais da FENEIS (2010) - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos-. Então, por meio de muitas lutas sociais no ano de 2002 é promulgada a lei 10.436 que estabelece a Língua de Sinais Brasileira como meio legal de comunicação e expressão (BRASIL, 2010). Essa lei representa passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua brasileira de sinais e promove a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal.

Em muitas situações, o intérprete não é tido como um verdadeiro profissional, pois como afirma Rosa (2005), este ainda é tomado como assistencialista uma vez que normalmente é oriundo de instituições religiosas. Sendo que esta visão assistencialista é tomada pelo próprio ILS e o serviço de interpretação encarado como caridade. Dessa forma não há a possibilidade de investimento na própria profissão, e transparecendo em algumas ocasiões o pouco preparo teórico para o desempenho de seu trabalho.

Para entendermos com profundidade a função do profissional ILS e obtendo assim a percepção que estes apresentam acerca da educação de alunos surdos, faz-se necessário a explanação sobre o que é a cultura surda, pois no momento da interpretação o ILS funciona como um instrumento de comunicação que necessita a imersão nas duas culturas (Cultura Surda e Cultura Ouvinte). E também é nosso propósito comentar um pouco acerca do processo e métodos de escolarização e inclusão do surdo no sistema de educação regular, e por fim adentrar no universo dos ILS, apresentando os dados dessa pesquisa.

Este estudo teve por objetivo: investigar o que os intérpretes de língua de sinais pensam acerca do processo de escolarização de alunos surdos. Esse conhecimento foi construído a partir de objetivos específicos, que nesta pesquisa foram: delinear o perfil profissional do intérprete; analisar o que os intérpretes entendem por inclusão do surdo;

descrever quem é o aluno surdo incluso na percepção dos intérpretes; elucidando qual o papel do intérprete na educação do aluno surdo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A cultura surda dentro de uma perspectiva multicultural, procura difundir a ideia de que a cultura não é restrita à etnia, à nação ou à nacionalidade, mas na verdade no cotidiano da vida humana esta torna-se como um lugar de direitos coletivos, essa ideia é defendida por autores como: Strobel (2008), Skliar (2007), Kauchakje (2003), que em seus estudos defendem a existência de uma cultura surda, consubstanciada por comportamentos, valores, atitudes, estilos e práticas sociais diferentes da cultura ouvinte. Strobel (2008, p. 24) descreve que a cultura surda é o jeito que o surdo consegue entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável procurando sempre ajustá-lo com as suas percepções visuais.

Então agora podemos aprofundar a ideia de escolarização dos surdos, vendo como foi tratada a questão da cultura surda em relação ao espaço escolar, tecendo comentário acerca da dicotomia entre Educação Especial e Educação Inclusiva, e as correntes de pensamento para a educação dos surdos no Brasil.

Podemos perceber que ao longo dos anos muitos debates acerca de como educar o surdo respeitando sua condição humana e a sua cultura, foram surgindo e tendo em vista que este alunado possui características peculiares no que diz respeito ao processo de comunicação. Diante desta situação aparece o seguinte questionamento: qual método deve ser utilizado para proporcionar uma melhor relação com o sujeito surdo na escola? Foi então que na cidade de Milão, Itália, no ano de 1880, aconteceu o “Congresso Internacional de Surdo-Mudez”, marco histórico na Educação dos Surdos onde ficou estabelecido como diretriz a ser seguida na educação de alunos surdos o Método de Educação Oralista.

Segundo Skliar (2007) podemos afirmar que não é correta a caracterização deste como o primeiro, muito menos o último momento em que políticas deste cunho foram instaladas, caracterizando-se como mais um momento da supremacia da maioria sobre uma minoria. E que esse congresso não instituiu uma ideologia oralista, mas na verdade a legitimou oficialmente como orientação.

Com base nos estudos de Skliar (2007); Quadros (2000); Felipe (2006); Salles (2007) podemos perceber que todas essas transformações foram produto de interesses políticos; filosóficos; religiosos; econômicos; sociais e de meios não educacionais. Estes

autores coadunam com a ideia de que a concepção de que a educação está subordinada ao desenvolvimento da expressão oral enquadra-se com perfeição no modelo clínico terapêutico da surdez, valorando a patologia e o déficit biológico.

O que se percebe é um desencontro entre discursos que defendem a Educação Inclusiva e estudiosos que apóiam a Educação Especial. No cenário brasileiro, Sá (2009) alerta que a inclusão escolar de surdos tem sido defendida pelo poder oficial com um discurso que apela às emoções, tem tentado disseminar a ideia de que é um ato de discriminação colocar os surdos, bem como qualquer outro tipo de deficiente “tristemente” isolado em escolas especiais.

Nesta corrente de pensamento, o foco é colocado nas concessões e ajustes que as escolas e instituições devem fazer para “receber” estes indivíduos. A ideia é manter “todos juntos para assimilar a diversidade”. O que não fica muito explícito, no entanto, é que a separação do outro pode ser conseguida apesar da aproximação física, por restrição da comunicação; ou seja: “separação com o propósito de criar uniformidade” (WRIGLEY, 1996, p.52).

Em detrimento da falta de uma comunicação efetiva torna-se difícil a inclusão, poderá acontecer a integração social, mas não a efetiva inclusão do surdo no conjunto dos ditos “normais”. Por esse motivo é que Skliar (2007, p.27) diz que é possível intuir como a prática e o discurso da inclusão se transformam para as crianças surdas em experiência sistemática de exclusão ou, de inclusão excludente.

A inclusão tem como meta básica criar uma sociedade capaz de acolher todas as pessoas, independentemente das diferenças e necessidades individuais, para isso, preconiza-se soluções para as diferentes identidades existentes nos ambientes sociais. Segundo Sá (2009, p, 45) “O reconhecimento da diferença é o primeiro passo para a integração do surdo na comunidade ouvinte que o circunda.”

De posse de uma breve explanação agora podemos adentrar as elucidações do profissional intérprete de Libras, compreender quem são e o que podem fazer no que diz respeito à verdadeira inclusão dos alunos surdos.

Embora a atividade do intérprete de Libras já exista há alguns anos, pouco é o interesse e o investimento por parte dos órgãos públicos na profissionalização desses indivíduos formados para realizarem atividade de interpretação e por consequência a difícil tarefa de inclusão.

Na maior parte dos casos podemos perceber que os intérpretes de Libras nasceram dos laços familiares e da convivência com vizinhos, amigos de escola e

igrejas, como afirma Ross (2001, p, 45). A pouca mão de obra, ou até mesmo os poucos recursos familiares dificultam a contratação de um profissional capacitado para o trabalho de interpretação.

No Brasil, a profissão de intérprete abarcou profissionais de diferentes áreas como: pedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos, pastores, agentes de pastorais, entre outras profissões. Sujeitos formados em diversos campos do conhecimento enveredam no campo da interpretação, sendo esse o melhor lado da moeda, pois muitos não possuem formação alguma e tragicamente adentram ao universo da interpretação, exercendo muitas vezes um trabalho que não proporciona a construção de comportamentos de autonomia nos surdos, causando assim danos irreparáveis.

Conforme Rosa (2005) o trabalho de intérprete exige do profissional requisitos necessários para bem realizar a interpretação, que resumidamente são: a) conhecer a língua de partida e a língua de chegada com profundidade; b) conhecer as especificidades da comunidade surda, uma vez que na convivência social originam-se termos utilizados somente por aquela cultura; c) relacionar-se bem com os surdos.

O intérprete encarrega-se de reconstruir a realidade encontrada de maneira mais condizente com o idioma, sem ludibriações, ou falsetas, seja pelo aumento nos fatos ou supressão de informações. Essa atitude perpassa muito mais pelo conceito que o sujeito carrega consigo de surdo e de comunidade surda, do que do próprio conhecimento de Libras, pois, a interpretação tem o enorme poder de construir representações de culturas.

Rosa (2005) afirma que no ato da interpretação não são emprestadas somente as mãos, mas sim todo o corpo, pois, o bom fazer desse ofício está relacionado com a expressão facial e corporal, sendo quase que uma ligação que transcende ao simples unir pessoas de línguas e culturas diferentes.

Consideramos o intérprete de fundamental importância no processo de aquisição do conhecimento para o aluno surdo, uma vez que este assume a posição de mediador entre professor-aluno e demais integrantes do espaço escolar, tornando possível o processo dialético. Indubitavelmente, o profissional intérprete no espaço escolar não pode ser considerado apenas um profissional dedicado à interpretação entre pessoas que “compartilham línguas e culturas diferentes”, pois ao adentrar ao espaço escolar ele torna-se um profissional da educação, sendo que este espaço proporciona o nascimento de uma consciência pedagógica para o ILS.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado no primeiro semestre de 2010 e para a concretização dos objetivos deste estudo, utilizamos o enfoque qualitativo, uma vez que, nesse processo, o próprio objeto a ser pesquisado requer uma análise a partir das subjetividades dos sujeitos que estão inseridos num contexto histórico específico, justificamos nossa opção por esse método por apresentar a melhor relação do sujeito pesquisador com a subjetividade dos sujeitos pesquisados e o conhecimento a ser construído, como comenta Chizzotti (1988 p.79), quando nos diz que a abordagem qualitativa é uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto.

Optamos pela pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, por ser um mecanismo que possibilita a apreensão do conhecimento humano gerado constantemente nas relações que se constituem em uma pesquisa. André (2005), explica que o conhecimento gerado a partir de um estudo de caso é diferente do conhecimento derivado de outras pesquisas, porque o conhecimento gerado pelo estudo de caso configura-se como um eco em nossa experiência, sendo vivo e concreto.

Os sujeitos desta pesquisa são três ILS. Escolhidos pelos seguintes motivos: pessoas de fácil acesso; participantes da comunidade surda em Teresina, na militância por direitos dos surdos; atuarem como ILS. Os mesmo foram convidados a escolher o nome de uma ave como o seu nome fictício, e são eles: Pardal; Xexéu e Beija-Flor.

O instrumento utilizado foi: entrevista semi-estruturada. André (2005) afirma que o uso da entrevista semi-estruturada representa um momento de uma dinâmica para o grupo ou para as pessoas pesquisadas.

DESENVOLVIMENTO

O primeiro sujeito é beija-flor, do sexo feminino, reside nas cidades Teresina e Picos, solteira, não possui filhos, declara-se professor/Intérprete, têm 26 (vinte e seis) anos de idade, portadora de diploma de curso superior pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, no curso de Licenciatura em Pedagogia no ano de 2008, com pós-graduação em LIBRAS pelo Instituto Federal do Piauí – IFPI, no ano de 2009. Atualmente é professora da UFPI no campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos- PI. Em sua carteira de trabalho não existe registro de contrato como Intérprete de Língua de Sinais e sua atuação nesta função é na maior parte das vezes de cunho particular.

O segundo sujeito é Xexéu, mora em Teresina, do sexo masculino, solteiro, não possui filhos, têm 29 (vinte e nove) anos de idade, declara-se professor/intérprete. Atualmente trabalha na Unidade Escolar Matias Olimpio, onde atua como coordenador do ensino de surdos. Formado em Licenciatura Plena em Física, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no ano de 2004. Pós-graduado em LIBRAS pelo IFPI no ano de 2009. Em sua carteira de trabalho não existe registro de contratação como Intérprete de Língua de Sinais. Sua atuação de interpretação concentra-se na rede pública de ensino.

O terceiro sujeito é Pardal, mora em Teresina, do sexo masculino, não possui filhos, declara-se Professor/ Instrutor/ Intérprete. Têm 24 (vinte e quatro) anos de idade. Atualmente trabalha na rede municipal de ensino de Teresina como professor de inglês. Trabalha também no CAS- Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez. Em regime de contrato feito com a SEDUC- Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Formado em Licenciatura Plena em Letras Inglês pela UFPI. Não possui pós-graduação. Sua carteira de trabalho também não é assinada como intérprete e sua atuação no exercício da interpretação acontece em escolas da rede publica de ensino e também presta serviços de cunho particular.

Com base nos dados apresentados podemos fazer as seguintes observações: 1º- os sujeitos de nossa pesquisa são jovens, situando sua faixa de idade entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos de idade; 2º- não possuem filhos e nem também possuem família constituída a partir de um uma união de corpos; 3º- portadores de curso superior, dois apresentam pós-graduação na área de Libras; 4º- todos atuam no campo da interpretação, mesmo que de modo informal, pois nenhum deles apresenta carteira de trabalho, ou concurso publico como intérprete.

Foi possível perceber durante a pesquisa que Pardal acredita que a inclusão já está acontecendo de forma gradual e lenta, que não é possível ainda realizar críticas a esse sistema, pois para ele apenas com o decorrer do tempo serão necessárias mudanças, pois ele encara como um processo a inclusão. E o próprio fato dos alunos surdos estarem matriculados é motivo de inclusão. Dessa forma, o professor buscaria capacitar-se para melhor atender ao alunado e, como ele mesmo afirmou, o simples fato de ter uma aluno surdo na escola, já facilita o aprendizado da Libras pelos demais alunos, sendo que a inclusão física é um início. Essa forma de perceber a inclusão é compatível com o que afirma Mantoan (2006).

O sujeito Xexéu mostrou que não acredita nesse modelo de inclusão que está em vigor, acredita que apenas com o ensino especial o aluno surdo alcançará os objetivos da educação para todos. Podemos perceber uma aproximação das ideias de Xexéu com os trabalhos de Strobel (2008); Perlin (2004) e Sá (2009).

O sujeito Beija-flor crê na inclusão, entretanto demonstrou não acreditar no sucesso escolar do surdo no modelo vigente, pois acredita que dessa forma o surdo está apenas “indo” à escola, pois não acontece a escolarização. Considera ainda que o surdo não está incluído socialmente, pois se formam guetos onde apenas os surdos se relacionam entre eles e poucos alunos aproximam-se com o objetivo de aprender Libras, acontecendo a amarga exclusão dentro do ambiente geográfico e social, onde deveria acontecer a inclusão. As críticas feitas por Beija-flor entrelaçam-se teoricamente com Baptista (2008); Sá (2009); Skliar (2007).

No que diz respeito à concepção dos intérpretes sobre quem é o aluno surdo, podemos perceber também três posições. Na primeira delas, Xexéu, apresenta a ideia de que o aluno com surdez seria uma vítima de processos de exclusão social, que integrado ao espaço escolar fica ainda mais alienado acreditando que sua inclusão esta acontecendo. Para ele, essa “pseudoinclusão” acarreta problemas de magnitude maior ainda, pois, segundo Xexéu, a não escolarização do surdo leva a dificuldades que impossibilitarão até mesmo sua organização na comunidade surda.

Pardal concebe que o aluno surdo é uma pessoa que luta por seus direitos e deseja ser incluída na sociedade, tendo direito a trabalho e educação. Para isso, afirma que o surdo conhece o que necessita e procura lutar por isso. Acredita que o fracasso desse grupo é culpa da comunidade ouvinte que não “dá ouvidos à voz dos surdos”. Considera ainda que o surdo seja uma pessoa que ainda não conheceu toda a sua força social, pois, desconhece o seu potencial de ação, quando organizado em grupo.

Beija-flor posiciona-se entre os dois outros sujeitos, pois considera que a “consciência social” do surdo encontra-se ainda em processo de amadurecimento, sendo que eles vêm de um processo longo de não-escolarização e de profunda exclusão e agora passam a conhecer o que realmente merecem. Assim, começam a lutar conscientemente por seus direitos.

Quanto ao que falaram sobre a política de inclusão do aluno surdo, os intérpretes de nossa pesquisa apresentam duas linhas de pensamento, uma que considera que os alunos estão sendo incluídos; outra que não, pois não percebe a inclusão e, sim, a integração. Pardal acredita que a inclusão está acontecendo de fato e para ser

consolidada é questão de tempo, pois não acredita que um movimento dessa magnitude possa ser avaliado em tão pouco tempo. Acredita que os alunos incluídos na escola podem provocar decisões quanto às estratégias traçadas pelo corpo escolar para proporcionar a inclusão de seus alunos.

Beija-flor e Xexéu apresentam ideias que nos levam a perceber que o modelo atual de inclusão não possibilita a verdadeira inclusão. Nos discursos foi possível perceber que esse modelo é visto por eles como uma integração disfarçada. Eles chegaram a relatar diversos casos em que professores ministram aulas sem nenhum conhecimento das metodologias adequadas aos alunos surdos e sem conhecerem nada sobre Libras, casos de castigos por não realizarem a escrita de acordo com a gramática vigente, fatos esses que os impede de propiciar a esses alunos uma chance de desenvolver seu raciocínio como os alunos ouvintes.

Afirmam que até mesmo para irem para o intervalo, os alunos surdos são dependentes dos ouvintes, não existindo mecanismos para sua autonomia. Podemos perceber o descontentamento com a instituição escolar, pois mesmo no discurso mais otimista fica claro que a inclusão ainda não acontece, sendo concedido aos sujeitos apenas a esperança do provável dia “D” para alunos surdos e demais portadores de necessidades educacionais especiais. Enquanto isso, os demais grupos marginalizados silenciosamente pela força da autoridade pedagógica da escola esperam com resignação e paciência a efetivação de seus direitos como seres humanos.

Felipe (2006); Rosa (2005) nos mostram que a profissão de Intérprete de Libras nasceu no convívio com o surdo, no seio familiar, vizinhos, amigos e demais pessoas com contato com o surdo, mostram também quem que em raros casos acontece do sujeito mover-se a realização desta tarefa sem que exista um motivo concreto para tal fato.

Objetivando também descobrir quem são os intérpretes de Língua de Sinais, analisamos as suas falas, e nos foi possível perceber que em cada um dos sujeitos aconteceu algo diferente em sua formação profissional, vejamos. Xexéu diz que escolheu ser intérprete de Libras, sendo motivado pela disciplina ondas sonoras, do fluxograma de seu curso de Licenciatura em Física. Motivo que o levou a estudar ondas sonoras em aparelhos de auxílio a audição em surdos que possuem grau leve de surdez. Desde então entrou em contato com a comunidade surda e pretende ser ILS por muito tempo e em um futuro deseja não mais desempenhar essa função, deseja trabalhar na formação de novos intérpretes.

Pardal tornou-se intérprete por conta de um irmão surdo, relata que desde sua infância não gostava ver seu irmão excluído das diversas situações e tentava sanar o problema (sem saber este sujeito estava usando mecanismos do método da Comunicação Total). Depois de algum tempo fez curso de intérprete e com muito contato com a comunidade surda, desempenha a função que hoje tem. E pretende ser até o fim de sua vida.

Beija-flor não escolheu e veementemente não se denomina intérprete. Diz que é professora, e ressalta que em muitas ocasiões sente-se até incomodada com essa função a ela atribuída. Pelo motivo de relacionar-se bem com a comunidade surda, foi eleita como intérprete pelos próprios surdos.

Curioso perceber que os estudos de Rosa (2005) elucidam os três casos apresentados, onde relata a não profissionalização do intérprete, sendo este o principal fato que dificulta a inclusão dos surdos. Os cinco maiores problemas elencados pelos sujeitos são: 1º- Não profissionalização do Intérprete; 2º- A falta de regulamentação da profissão; 3º- A falta de um sindicato ou organização onde estes possam se agrupar; 4º- A baixa remuneração, ou a não remuneração (em muitos dos casos o serviço é encarado como caridade), o que ocasiona o não investimento na própria formação; 5º- A falta de reconhecimento social.

Quanto ao papel do Intérprete na Educação do Surdo essa questão foi muito clara na fala de todos os sujeitos da pesquisa, e a função do intérprete para eles vai além da ideia de ponte de ligação entre pessoas de cultura e língua diferentes. Percebem o profissional intérprete como alguém responsável pelo fomento de atitudes positivas em relação à inclusão, provocando o envolvimento de todos os sujeitos da equipe pedagógica da escola, professores, alunos, servidores e pais, para conhecer o que é inclusão e assim ocasionar a valorização do diferente e não as ideias de normalização dos conceitos de ser aceitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história mostra que as relações entre surdos e ouvintes têm sido de apropriação e controle das pessoas ouvintes. Nesse sentido de apropriação o intérprete, por ser ouvinte, pode “colonizar” no momento da interpretação, remetendo o surdo à situação de submissão usual, com o grupo hegemônico ouvinte administrando a identidade das pessoas surdas.

Os intérpretes participantes desta pesquisa, não optaram diretamente por ser intérpretes, aconteceu por situações familiares, ou no percurso da vida profissional enveredaram por esse caminho. Ressaltando que nenhum deles desempenha apenas essa função, todos são professores e de modo esporádico ou simultâneo exercem a interpretação. Eles percebem os surdos como um sujeito batalhador por seus direitos. Entretanto aparece também a ideia de vítima social, fruto de uma política de falsa inclusão, que busca o barateamento da educação.

A importância do intérprete como participante do processo de escolarização e da conquista de espaço da comunidade surda dentro do ambiente escolar, é o ponto base para que aconteça a inclusão do aluno surdo nas escolas de ensino regular, e sua atuação deve procurar conduzir o surdo à autonomia. E sua função vai muito além da ideia de ligação, pois transpassa a noção de integração chegando à política social da inclusão, sendo assim um grande responsável pela aceitação do surdo na comunidade escolar.

Com todas essas informações podemos concluir que ser ILS ainda é uma profissão nova e necessita de mais estudos. É urgente que o Estado e demais organizações façam intervenções para proporcionar formação de ISL de alta qualidade, pois isso implica diretamente na qualidade do ensino oferecido aos surdos, e ao longo dos anos, a formação de uma consciência política livre de alienações. Atualmente, qualquer sujeito pode declarar-se Intérprete de Libras, justo pelo fato do único exame nacional para a proficiência não ser requisito para tal titulação.

Atualmente o Intérprete de Libras é a grande chave para a inclusão do surdo, ultrapassando a ideia de inclusão na sala de aula, possibilitando o surdo ser incluso junto ao livro didático, aos trabalhos em grupo, as brincadeiras, aos colegas de colégio, funcionários, docentes, equipe pedagógica e todos os que formam o espaço escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. E. D.A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, vol. 13, 2005.

BAPTISTA, Melissa França de Souza. **A inclusão do educando surdo no ensino superior do Brasil**. Monografia de especialização em Docência do Ensino Superior apresentada à Universidade Candido Mendes. Niterói, 2008.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na educação dos Surdo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais/organizado por Lucinda F. Brito et. al. – Brasília: SEESP, 2007. V. III. – (série Atualidades Pedagógicas, n. 4) 127p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf.htm>> Acesso em: 21 de março de 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, Cortez, 1988.

EAGLETON, Terry. **A idéia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FELIPE. T. A. **A Relação Sintático-Semântica dos Verbos e seus Argumentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** – Volume I. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2006.

FENEIS. O que é intérprete de língua de sinais para as pessoas surdas? Belo Horizonte/MG, 2001. FENEIS. *Intérprete*. Disponível: <<http://www.feneis.com.br/intérpretes/postura.shtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2010.

KAUCHAKJE, S. Comunidade surda: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: GESUELI, Z. M. P.; SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S. (Org.). **Cidadania, Surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O interprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000a. Cap.4: p. 51- 84.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

PERLIN, Gladis. **Cultura Surda: um jeito próprio de perceber o mundo**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

ROSA. A.M. **(Res) significando a questão da linguagem no trabalho com a criança surda**. São Paulo: Editora Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2005.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos : a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ROSS. Paulo Ricardo. **Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais**. Campinas: Papyrus, 2001.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. São Paulo: Paulinas, (2009).

SALLES. H. *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Secretaria de Educação Especial, MEC/SEESP, Brasília, 1v. 2007.

SKLIAR, C. B (Org.) **Educação e exclusão: abordagem sócio antropológica da educação especial**. Porto Alegre: Média; 2007.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **História da Educação dos surdo no Brasil**. – 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

STROBEL, Karin Lílian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.